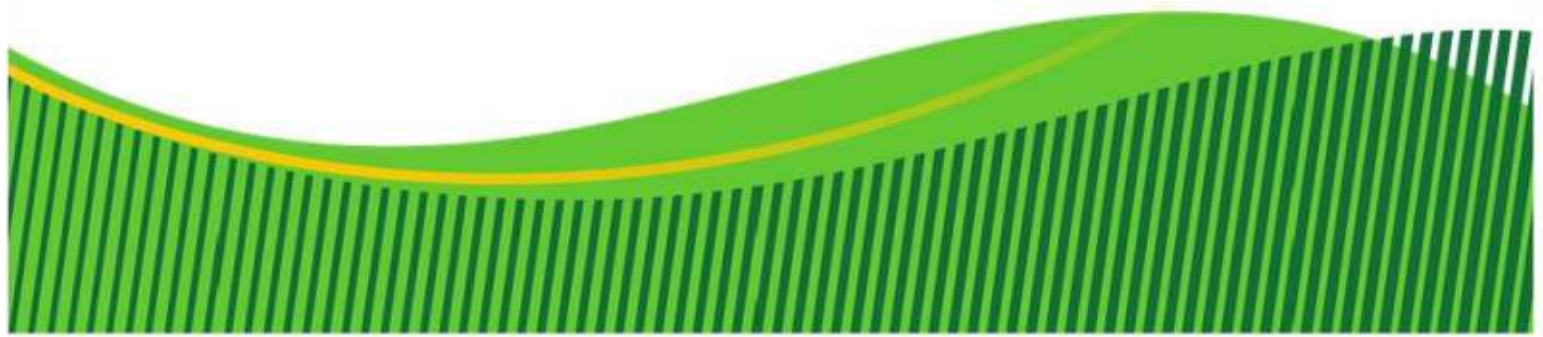


Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS
Santiago - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 14 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jacuiri - S/cred Vale do Jacuiri RS
CNPJ/NIF nº 07.790.284/0001-64

ATIVO	31/12/2015	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	414.290	378.724	CIRCULANTE	182.469	170.509
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	2.113	2.413	DEPÓSITOS (NOTA 11)	40.690	42.088
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.6846	151.129	Depósitos à Vista	31.890	30.589
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	-	Depósitos a Prazo	7.800	11.499
Correspondentes no país	177	489	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120.556	108.691
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	1.68268	150.540	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	150
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	235.285	217.250	Reservas Interfinanceiras (NOTA 12)	120.552	108.541
Operações de Crédito	248.510	232.115	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	421	626
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.225)	(14.865)	Recursos em Trânsito de Terceiros	421	626
OUTROS CRÉDITOS	8.335	7.677	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	6.367	7.822
Créditos por Averb e Planos Honorários	4	2	Empréstimos Pats- Outros Instituições	6.367	7.822
Rendas a Receber	1.071	1.420	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.426	11.732
Créditos Específicos	794	688	Cobrança e Arrecadação de Tributos	30	35
Diversos (NOTA 07)	7.350	6.338	Sociais e Estatutários	1.981	2.292
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(874)	(771)	Rescis e Provisões Judiciais	723	550
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	101	256	Diversas (NOTA 14)	10.689	8.905
Outros Valores e Bens	-	54			
Despesas Antecipadas	101	201			
NÃO CIRCULANTE	57.964	59.867	NÃO CIRCULANTE	143.724	145.857
RECEÍVOS A LONGO PRAZO	13.282	31.193	RECEÍVOS A LONGO PRAZO	141.724	145.712
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.721	302	DEPÓSITOS (NOTA 11)	140.880	138.090
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.721	302	Depósitos a Prazo	140.880	138.090
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	32.890	37.835	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	1.803	7.387
Operações de Crédito	30.888	40.610	Reservas Interfinanceiras	1.803	7.387
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.998)	(12.775)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	1	47			
Diversos	1	47			
PERMANENTE	13.552	28.785	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	146.659	121.615
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	10.720	10.720	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	88.541	81.181
Outros Investimentos	10.720	10.720	De Contribuições no País	88.541	81.184
IMÓVEL (PAZO) DE USO (NOTA 10)	6.849	7.877	(Capital e Realizar)	(1)	(1)
Imóvel de Uso	1.747	1.747	RESERVAS DE RESERVAS	71.628	34.780
Outros Investimentos de Uso	5.102	6.130	SOMAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.859	5.547
(Depreciação acumulada)	(1.705)	(1.337)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.083	2.388			
Outros Ativos Intangíveis	4.424	3.787			
(Amortização acumulada)	(1.841)	(1.391)			
TOTAL DO ATIVO	472.244	438.491	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	472.244	438.491

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguarí - Sicredi Vale do Jaguarí RS
CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

Descrição das contas	01/01/2015 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.112	-	30.112	58.921	2	58.923	52.275	2	52.277
Operações de Crédito	29.945	-	29.945	58.726	2	58.728	52.271	2	52.273
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	167	-	167	192	-	192	2	-	2
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	3	-	3	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.834)	(428)	(20.262)	(36.103)	(686)	(36.789)	(28.928)	(560)	(29.488)
Operações de Captação no Mercado	(8.720)	(12)	(8.732)	(17.358)	(20)	(17.378)	(14.906)	(20)	(14.926)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.496)	(416)	(4.912)	(9.022)	(666)	(9.688)	(6.748)	(540)	(7.288)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.608)	-	(6.608)	(9.723)	-	(9.723)	(7.274)	-	(7.274)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.288	(428)	9.860	22.818	(684)	22.134	23.347	(558)	22.789
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	352	2.571	2.923	2.107	4.780	6.887	(1.356)	4.903	3.547
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.175	3.896	5.071	2.368	7.108	9.476	2.748	4.952	7.700
Rendimentos de Tarifas Bancárias	1.520	-	1.520	3.034	-	3.034	1.956	-	1.956
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.170)	(677)	(7.847)	(13.290)	(1.027)	(14.317)	(10.984)	(875)	(11.859)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(4.525)	(544)	(5.069)	(8.763)	(939)	(9.702)	(7.885)	(1.013)	(8.898)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(2)	(194)	(196)	(18)	(355)	(373)	(37)	(250)	(287)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	14.474	376	14.850	26.914	424	27.338	19.763	2.512	22.275
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(5.120)	(285)	(5.405)	(8.138)	(431)	(8.569)	(6.917)	(423)	(7.340)
RESULTADO OPERACIONAL	10.640	2.143	12.783	24.925	4.096	29.021	21.991	4.345	26.336
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19)	(1)	(20)	(15)	(1)	(16)	(57)	(1)	(58)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.621	2.142	12.763	24.910	4.095	29.005	21.934	4.344	26.278
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	771	771	-	-	-	-	(123)	(123)
Provisão para Imposto de Renda	-	452	452	-	-	-	-	(67)	(67)
Provisão para Contribuição Social	-	319	319	-	-	-	-	(56)	(56)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.621	2.913	13.534	24.910	4.095	29.005	21.934	4.221	26.155
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.095	(4.095)	-	4.221	(4.221)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.621	2.913	13.534	29.005	-	29.005	26.155	-	26.155
DESTINAÇÕES	-	-	-	(23.149)	-	(23.149)	(20.613)	-	(20.613)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.099)	-	(3.099)	(3.429)	-	(3.429)
Fatex - Estatutário	-	-	-	(1.171)	-	(1.171)	(1.109)	-	(1.109)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.397)	-	(16.397)	(15.518)	-	(15.518)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(482)	-	(482)	(557)	-	(557)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.856	-	5.856	5.542	-	5.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguarí - Sicredl Vale do Jaguarí RS
CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	54.348	38.705	3.976	97.029
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.960	-	(3.960)	-
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.668	-	-	1.668
Baixas de capital	(2.152)	-	-	(2.152)
Resultado do período	-	-	26.155	26.155
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.109)	(1.109)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.518	(15.518)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.369	-	(3.429)	(60)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	557	(557)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	61.198	54.780	5.542	121.515
Mutações do Período	6.845	16.075	1.566	24.486
Saldos no início do período em 01/01/2016	61.198	54.780	5.542	121.515
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.511	-	(5.511)	-
Outras destinações	-	-	(31)	(31)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.474	-	-	1.474
Baixas de capital	(4.560)	-	-	(4.560)
Resultado do período	-	-	29.005	29.005
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.171)	(1.171)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.397	(16.397)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.927	-	(5.099)	(172)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	482	(482)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	68.545	71.659	5.856	146.060
Mutações do Período	7.352	16.879	314	24.545
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	65.058	54.780	15.471	135.309
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	967	-	-	967
Baixas de capital	(2.407)	-	-	(2.407)
Resultado do período	-	-	13.534	13.534
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.171)	(1.171)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.397	(16.397)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.927	-	(5.099)	(172)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	482	(482)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	68.545	71.659	5.856	146.060
Mutações do Período	3.487	16.879	(9.615)	10.751

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguarí - Sicredi Vale do Jaguarí RS
CNPJ/MF nº 87.780.284/0001-64

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.739	29.957	29.536
Resultado do semestre/exercício	13.534	29.005	26.155
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(795)	952	3.381
Provisão para operações de crédito	126	874	3.985
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(4)	-	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	66	102	82
Depreciação do imobilizado de uso	224	451	447
Amortização do intangível	212	390	336
Baixas do ativo permanente	22	24	43
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	60	51	(89)
Destinações ao FATES	(1.171)	(1.171)	(1.108)
Dividendos SicrediPar	(330)	231	(315)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(48.295)	(7.006)	20.088
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.094)	(1.419)	(302)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.004	(1)	1
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	86	12	(8)
(Aumento) em operações de crédito	(22.481)	(13.764)	(30.507)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	4.643	7.510	10.449
(Aumento) em outros créditos	(167)	(945)	(1.665)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	107	154	(200)
Aumento (Redução) em depósitos	(32.626)	514	39.847
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	208	(205)	129
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.002)	(1.456)	766
Absorção de dispêndios pelo FATES	(386)	(823)	(734)
Aumento em outras obrigações	3.413	3.417	2.312
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(35.556)	22.951	49.624
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.136)	(1.946)	(902)
Aplicações no Intangível	(129)	(688)	(945)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.265)	(2.634)	(1.847)
Integralização de capital	967	1.474	1.668
Baixa de capital	(2.407)	(4.560)	(2.152)
Juros ao capital próprio	(172)	(172)	(60)
Distribuição de Sobras	-	(31)	(16)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.612)	(3.289)	(560)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(38.433)	17.028	47.217
Caixa e equivalente de caixa no início do período	208.814	153.353	106.136
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	170.381	170.381	153.353

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguarí - Sicredi Vale do Jaguarí RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2015, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial da instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial as passivas tributárias foram reclassificadas para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias", bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa. Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	378.771	(47)	378.724
OUTROS CRÉDITOS	7.724	(47)	7.677
Diversos	6.385	(47)	6.338
Ativo Não circulante	59.920	47	59.967
OUTROS CRÉDITOS	-	47	47
Diversos	-	47	47
Passivo circulante	170.939	-	170.939
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.782	-	11.782
Fiscais e Previdenciárias	560	(10)	550
Diversas	8.895	10	8.905
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.547	-	3.547
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.818	(118)	7.700
Rendas de Tarifas Bancárias	1.838	118	1.956
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	20.390	(302)	65.289
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	49.926	(302)	100.737
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.149)	302	(1.847)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os Ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os Ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	2.113	2.413
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	168.268	150.940
Total	170.381	153.353

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.721	302
CDI Banco Cooperativo Scredí S.A.	1.721	302
Total realizável a longo prazo	1.721	302

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	105.175	27.157	132.332	129.092
Financiamentos	6.225	6.788	13.013	12.930
Financiamentos rurais e agroindustriais	137.100	6.043	143.143	132.703
Carteira total	248.500	39.988	288.488	274.725

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	4	-	4	2
Títulos e créditos a receber (i)	5.578	1	5.579	4.511
Total	5.582	1	5.583	4.513

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	72.087	78.152	360	391
Nível B	1,00	138.037	124.604	1.380	1.246
Nível C	3,00	32.938	33.299	988	999
Nível D	10,00	29.252	19.285	2.925	1.929
Nível E	30,00	6.920	9.794	2.076	2.938
Nível F	50,00	3.457	3.295	1.729	1.648
Nível G	70,00	787	787	551	551
Nível H	100,00	10.593	10.022	10.593	10.022
Total (i)		294.071	279.238	20.602	19.724

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 785 (2015 - R\$ 687).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.251	27.769	52.765	23.602	107.387	100.670
Rural	969	20.622	115.509	6.043	143.143	132.703
Industrial	5	408	410	593	1.416	2.284
Comércio	654	5.218	15.525	5.564	26.961	30.191
Outros Serviços	950	4.390	5.637	4.187	15.164	13.390
Total	5.829	58.407	189.846	39.989	294.071	279.238

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	38.828	13,20	30.337	10,86
50 devedores seguintes	68.775	23,39	51.595	18,48
100 devedores seguintes	53.520	18,20	45.824	16,41
Demais	132.948	45,21	151.482	54,25
Total	294.071	100	279.238	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	20.411	16.344
Constituição de provisão	9.723	7.274
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.747)	(3.207)
Saldo final	21.387	20.411

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.442 (2015 - R\$ 1.018), foram registradas como "Ingressos e Receltas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.506 (2015 - R\$ 4.711).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	82	81
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.179	938
Impostos e contribuições a compensar	351	201
Títulos e créditos a receber	5.578	4.511
Valores honrados	15	17
Devedores por convênios	-	39
Operações com cartões	30	11
Pendências a regularizar	2	336
Outros	113	204
Total Circulante	7.350	6.338
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	47
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	47

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	-	54
Imóveis	-	45
Veículos e afins	-	4
Máquinas e equipamentos	-	5
Despesas antecipadas	101	201
Total Circulante	101	255

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	9.446	9.446
Sicredi Participações S.A.	7.273	7.273
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	16.720	16.720

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.358.114 ON	2.358.114 ON	1	1	9.446.250	9.446.250
	4.914.953 PN	4.914.953 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,84%	0,90%	0,63%	0,72%	2,69%	2,76%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	7.273	7.273	1	1	9.446	9.446

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	8.055	(3.706)	4.349	2.877
Imobilizações em curso	-	1.922	-	1.922	287
Terrenos	-	292	-	292	292
Edificações	4%	1.455	(869)	586	633
Instalações	10%	452	(274)	178	207
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.476	(789)	687	683
Sistema de comunicação	10%	169	(144)	25	34
Sistema de processamento de dados	20%	1.768	(1.279)	489	506
Sistema de segurança	10%	210	(184)	26	35
Sistema de transporte	20%	311	(167)	144	200
Intangível (i)	5% a 15%	4.424	(1.941)	2.483	2.186
Investimentos Confederação		4.424	(1.941)	2.483	2.186
Total		12.479	(5.647)	6.832	5.063

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	32.890	-	-	32.890	30.599
Depósitos a prazo	4.775	3.025	140.891	148.691	150.469
Total	37.665	3.025	140.891	181.581	181.068

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	120.552	108.541
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	120.552	108.541
Total circulante	120.552	108.541
Recursos do Crédito Rural	2.833	7.187
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.833	7.187
Total exigível a longo prazo	2.833	7.187

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 16/07/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	6.367	7.822
Cooperativa Central Sicredi Sul	6.367	7.822
Total circulante	6.367	7.822

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015 (Reapresentado)
Cheques administrativos	416	447
Obrigações por convênios oficiais	5	7
Provisão para pagamentos a efetuar	3.444	2.935
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	94	43
Provisão para coobrigações (i)	841	767
Pendências a regularizar	13	1.009
Operações com cartões	5.226	3.179
Demais fornecedores	302	256
Credores diversos	346	262
Total circulante	10.687	8.905

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Cível	33	70	(19)	84
Tributária	10	-	-	10
Total	43	70	(19)	94

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Cível	Provável	84	33
Tributária	Provável	10	10
Total		94	43

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária(i), cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 204 e R\$ 1.880 (2015 - R\$ 177 e R\$ 1.880), respectivamente.

Quanto a Contingência Tributária, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº : 11060.002302/2006-28 desde 13/10/2006, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo PIS e COFINS. O processo encontra-se em fase de Recurso Voluntário tramitando junto ao 2º Conselho de Contribuintes, atingindo o valor de R\$ 1.879, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	68.545	61.193
Total de associados	38.250	37.465

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.352 (2015 – R\$ 6.845), sendo R\$ 10.438 (2015 – R\$ 7.329) via integralização de resultados e R\$ 1.474 (2015 – R\$ 1.668), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.560 (2015 – R\$ 2.152).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.099, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Vale do Jaguari - Sicredi Vale do Jaguari RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	29.005	26.278
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.182)	(11.037)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	4
Provisão resgate milhas cartão	3	29
Provisão de PPR	12	13
Receita com atos cooperativos	10.462	8.774
Juros sobre o capital próprio	2.142	1.372
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	495
Outros	(437)	227
Subtotal	12.182	10.914
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(123)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.721	302
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	168.268	150.940
Outros Créditos - Rendas a receber	661	765
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.267	1.074
Despesas antecipadas (Nota 07)	81	174
Investimentos (Nota 09)	16.720	16.720
Intangível (Nota 10)	2.483	2.186
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	123.385	115.728
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	6.367	7.822
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	5.105	4.173
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	192	2
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.520	44
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	23.940	18.513
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.687	7.288
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	563	463
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 21)	4.538	4.796

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	167	0,51%	17
Depósitos a prazo	1.245	0,84%	809
Operações de crédito	3.331	1,15%	504

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.393	886

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 9.702 (2015 - R\$ 8.898), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, aluguéis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.628	1.345
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	22.470	16.866
Reversão de provisões operacionais	1.886	793
Outras rendas operacionais	1.354	3.271
Total	27.338	22.275

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	895	488
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	159	262
Contribuição Confederação Sicredi	3.170	2.927
Cooperativa Central Sicredi Sul	609	544
Contribuição Sureg	-	602
Encargos da administração financeira	127	102
Repasse Administradora de Cartões	442	325
Outras provisões operacionais	1.649	665
Outras despesas operacionais	1.425	1.341
Total	8.569	7.340

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	42.664	38.271
Coobrigações em cessões de crédito	-	620
Total	42.664	38.891

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apóiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apóiam a entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	144.958	120.987
Capital principal - CP	144.958	120.987
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	71.658	54.780
Lucros acumulados	5.856	5.542
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.102	529
Total do capital qualificado	144.958	120.987
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	40.567	39.513
Índice sobre o PR considerando a RBAN	37,70%	33,95%
Situação para o limite de imobilização	5.730	4.535
Índice de imobilização (limite 50%)	3,95%	3,75%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Cezar Zanini Prina
Diretor Executivo
CPF: 992.037.430-49

Vilmer Guardia Rodrigues
Diretor de Operações
CPF: 472.933.650-04

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72

